

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.460 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2002

Acordo deve permitir votação de medidas provisórias e liberar pauta

Além das MPs, estão prontas para exame outras 28 matérias. Presidente do Senado, Ramez Tebet, reúne líderes e promete realizar quantas reuniões forem necessárias para decidir sobre as propostas em pauta ainda esta semana



Márcia Kalume

Após 15 dias com a pauta trancada pela inexistência de acordo para votação da medida provisória que trata da renegociação das dívidas dos agricultores do Centro-Sul, o Plenário do Senado deve reiniciar suas votações. O líder do governo, Artur da Távola, afirmou que a aprovação da proposta que prorroga a CPMF até 2004, ontem, pela Câmara dos Deputados, abriu caminho para entendimentos no Senado, embora ainda estejam pendentes quatro destaques oferecidos ao texto pelos deputados. Com a votação de quatro medidas provisórias, a pauta do Senado ficará liberada para outras 28 propostas prontas para exame. Em reunião com líderes, o presidente do Senado, Ramez Tebet, prometeu realizar quantas reuniões forem necessárias para votar as matérias em pauta ainda esta semana.

PÁGINA 3

Tebet reúne os líderes no Senado para discutir as votações nesta semana



Célio Azevedo

CAE aprova cota mínima de água para os pobres

PÁGINA 5

Comissão aprovou também isenção de IR para aposentados portadores de hepatopatias

CCJ pode analisar projeto que institui a “Lei da Mordança”

PÁGINA 2

Diretor da PF depõe hoje sobre operação na Lunus

Agílio Monteiro fala sobre investigações que levaram à apreensão de documentos e dinheiro no Maranhão.

PÁGINA 4

Comissão dá primeiro passo para unificar as polícias

PÁGINA 4

Presidida por Iris (C), comissão mista aprova substitutivo de Zulaiê Cobra (E)



Márcia Kalume

“Lei da Mordaza” entra em discussão

Proposta pune magistrado, procurador e autoridade policial que divulgar informações de que tenha conhecimento em razão do cargo e que violem sigilo, imagem, intimidade ou honra das pessoas

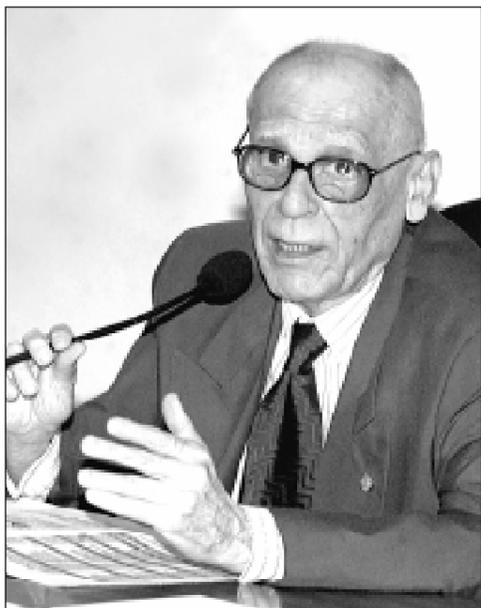
A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve analisar hoje – após audiência pública sobre capital estrangeiro nos veículos de comunicação do país – o projeto de lei do Executivo instituindo a chamada “Lei da Mordaza”.

Pela proposta, incorrerá em crime de abuso de autoridade o magistrado, procurador, ministro do Tribunal de Contas e autoridade policial ou administrativa que revelar aos meios de comunicação informações de que tenha conhecimento graças ao cargo que ocupa e que violem o sigilo, a intimidade, a imagem ou a honra das pessoas.

Conforme a matéria, aprovada pela Câmara dos Deputados no ano passado, a autoridade infratora, em caso de condenação civil, terá que pagar indenização que pode chegar a R\$ 212 mil e, em caso de condenação penal, deverá cumprir pena de detenção de seis meses a dois anos, além de pagar multa. A lei que regula a questão, editada em 1965, prevê penas mais brandas. O relator, senador Bello Parga (PFL-MA), é favorável à proposta.

SERVIÇOS PÚBLICOS

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a Comissão de Justiça também deve examinar na mesma reunião projeto de lei de iniciativa do senador Lúcio



Célio Azevedo

A matéria tem como relator o senador Bello Parga, que é favorável à adoção da medida

Alcântara (PSDB-CE) que estabelece direitos e deveres do usuário dos serviços públicos. O relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), recomenda a aprovação do projeto, que tramita na CCJ em caráter conclusivo.

O projeto determina que o cidadão que procura serviços públicos deve ser atendido na ordem de chegada, assegurada prioridade a idosos, gestantes, doentes e portadores de deficiência; ser informado sobre o horário de funcionamento e a autoridade a quem recorrer em caso de reclamações ou sugestões; e obter informações preci-

sas sobre a tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado e sobre gastos, licitações e contratações, de forma a ter maior controle sobre a utilização dos recursos públicos.

Segundo a proposta, que regulamenta parágrafo do art. 37 da Constituição federal, o Poder Executivo é autorizado a criar Ouvidorias de Defesa do Usuário de Serviços Públicos. Em caso de danos ao usuário, o agente público poderá ser submetido a processo administrativo, instaurado mediante representação do usuário ou a pedido de entida-

des de defesa do consumidor.

COMBATE À GRILAGEM

Outro item da pauta da comissão é o projeto de lei de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que busca inibir a prática da grilagem de terras por meio de maior controle na emissão de registros e títulos de imóveis rurais, pelos órgãos do poder público responsáveis. O projeto permite que registros de imóveis nulos, que sejam fundados em documentos falsos ou negócios fraudulentos, sejam cancelados por meio de processo administrativo. Atualmente, o cancelamento só pode ser feito pela Justiça.

O relator, senador José Fogaça (PPS-RS), é favorável ao projeto, cuja tramitação tem caráter terminativo. O senador Romero Jucá apresentou parecer alternativo (voto em separado), sugerindo a rejeição da matéria.

Pode ser analisada ainda pela CCJ na reunião de hoje proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que o projeto de lei orçamentária deve ser acompanhado de demonstrativo detalhado das obras públicas inacabadas.

A proposta, que recebeu substitutivo do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), também impede que recursos destinados para obras já iniciadas sejam cancelados.

CCJ debate capital estrangeiro nas empresas de comunicação

A primeira parte da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a partir das 10h, será destinada a audiência pública para debater a proposta de emenda à Constituição (PEC) que possibilita a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. O senador Romeu

Tuma (PFL-SP) é o relator da matéria, já aprovada na Câmara.

Devem participar do debate o vice-presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Evandro Guimarães; o presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Ro-

berto Wagner Monteiro; o representante da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Daniel Herz; a professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (Eca-USP), Regina Festa; e o representante do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, Francisco Milani.

Segundo a PEC, as empresas jornalísticas e de radiodifusão, que atualmente só podem ser propriedade de brasileiros, também podem transformar-se em pessoas jurídicas. A proposta limita a participação de investidores estrangeiros em 30% do capital da empresa.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

11h – Recebe Raimundo Magliano Filho, presidente da Bovespa
15h30 – Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: discussão, em turno único, da MP nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; MP nº 11/01, cria o Fundo Seguro-Safra e institui o benefício seguro-safra para os agricultores familiares da região Nordeste e do norte do estado de Minas Gerais, nos municípios sujeitos a estado de calamidade ou situação de emergência em razão do fenômeno da estiagem; PR nº 1/02, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 100 milhões, com o BID; PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia a operação de crédito externo a ser celebrada entre o BNDES e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC) no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; Requerimento nº 20/02, do senador Antônio Carlos Valadares, solicitando a inclusão em ordem do dia do PLS nº 96/01, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89; Parecer nº 76/02, submete à deliberação do Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Henrique Marini e Souza para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; Parecer nº 77/02, submete à deliberação do Senado o nome de Renato de Lacerda Paiva, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho; discussão, em turno único, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera o caput e os parágrafos 4º, 6º, 11, e 7º e acresce o parágrafo 8º ao artigo 57 da Constituição federal (alteração dos períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária); primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; PLC nº 26/99, estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone; PLC nº 105/01, dispõe sobre o Programa Grande Fronteira do Mercosul; entre outros.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

9h – Comissão Mista de Segurança. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

11h – Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 2.218, de 2001, que dispõe sobre a remuneração dos militares do Distrito Federal. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7

11h30 – Comissão de Fiscalização e Controle. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

16h30 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

Após a Ordem do Dia – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 13

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado pode votar MPs e desobstruir pauta

Para Artur da Távola, líder do governo, a votação da CPMF ontem, pela Câmara, abre caminho para entendimento entre os senadores. Presidente Ramez Tebet acredita que o travamento da ordem do dia deve acabar nesta semana

O Plenário do Senado pode reiniciar suas votações nesta semana, após 15 dias com a pauta travada pela inexistência de acordo para votação da medida provisória (MP) que trata da renegociação das dívidas dos agricultores do Centro-Sul. O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), acredita que a votação ontem, pela Câmara, da emenda constitucional que prorroga a CPMF até 2004, abriu caminho para entendimentos no Senado, embora ainda estejam pendente de decisão quatro destaques oferecidos ao texto pelos deputados.

Pela Constituição, uma medida provisória tranca todas as deliberações na Câmara ou no Senado se ela não for apreciada depois de 45 dias de publicada. A MP das dívidas dos agricultores encontra-se nessa condição e não foi votada nos últimos 15 dias porque senadores governistas querem fazer emendas ao documento.

O governo não queria emendas, pois, se aprovadas, elas obrigariam o retorno da MP ao reexame dos deputados. Assim que chegasse à Câmara, essa medida provisória trancaria as votações dos deputados. Até ontem, o governo evitava essa solução, pois a Câmara se encontrava prestes a votar a emenda constitucional que prorroga a CPMF, matéria considerada fundamental pelo Executivo neste mo-

mento. Desde o último dia 17, cada dia sem a prorrogação representa cerca de R\$ 50 milhões a menos na arrecadação federal.

REUNIÃO COM LÍDERES

No início da noite de ontem, o Plenário do Senado realizou sessão extraordinária destinada a votar a medida provisória das dívidas dos agricultores. Como até às 19h30 a Câmara não havia encerrado a votação da CPMF, a sessão do Senado foi encerrada sem deliberação. A convocação da sessão extraordinária havia sido decidida pela manhã por Ramez Tebet em reunião com líderes partidários, ocasião em que o líder do PFL, senador José Agripino (RN), informou que seu partido havia decidido votar a CPMF na Câmara.

Das quatro medidas provisórias que vêm trancando a pauta do Senado, a única polêmica é a dos agricultores. Foram apresentados oito destaques para votação de emendas em separado, todos de senadores da base governista.

Após a reunião da manhã com líderes, Tebet declarou que o Senado deveria desobstruir sua pauta de votações ainda nesta semana e que tudo dependia da apreciação da CPMF na Câmara. Ele informou que ainda não há acordo para a votação da prorrogação da contribuição pelos senadores.

— Vamos fazer tantas sessões extraordinárias do Plenário do Sena-



Ramez Tebet (E) reuniu-se pela manhã com os líderes, visando encontrar solução para possibilitar exame das MPs

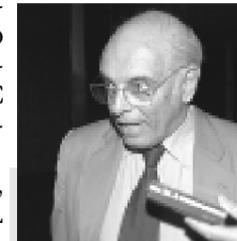
do quantas necessárias para desobstruir a pauta ainda esta semana — afirmou Tebet.

Para a votação da CPMF na Casa, no entanto, Tebet ainda não tem uma data precisa, pois, embora os líderes tenham concordado que a questão seja prioritária, não existe acordo sobre a tramitação da matéria. Participaram da reunião os líderes Renan Calheiros (PMDB), José Agripino (PFL), Ademir Andrade (PSB), Artur da Távola (Governo), Eduardo Suplicy (Bloco Oposição), Geraldo Melo e Romero Jucá (Bloco PSDB-PPB), Carlos Patrocínio (PTB) e o vice-presidente do Senado, Edison Lobão.

Távola pede acordo para tramitação rápida da CPMF

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), disse ontem que, para não haver prejuízos na arrecadação, o Palácio do Planalto busca fazer com que a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) tenha tramitação rápida no Senado. O governo precisa do apoio de todos os partidos políticos para que sejam eliminados os interstícios regimentais (tempo entre votações), a exemplo do que aconteceu no final de 2001 com a PEC que limitou a imunidade parlamentar.

Távola informou, no entanto, que o PFL ainda não estaria disposto a alterar a tramitação normal da PEC. A informação foi



Artur da Távola quer evitar prejuízos à arrecadação do governo

confirmada à saída da reunião de líderes realizada ontem de manhã pelo líder do PFL, senador José Agripino (RN) — ele afirmou que a CPMF deve ser analisada como as demais PECs. Agripino acrescentou que senadores de seu partido podem, inclusive, apresentar emendas ao texto enviado pela Câmara.

O líder do governo observou ainda que a negociação para a votação da CPMF envolve outros pontos, como o projeto de lei que flexibiliza regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Oposição quer que seja retirado

o regime de urgência constitucional à matéria, que só pode ser suspenso a pedido do Palácio do Planalto. Segundo o líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), não haverá objeção para acelerar a tramitação da CPMF caso o projeto de reforma da CLT não tenha sua discussão limitada pela urgência.

Além disso, setores de diversos partidos desejam a reversão da decisão do Tribunal Superior Elei-

toral (TSE) que estabeleceu que as coligações partidárias definidas em nível nacional sejam repetidas nos estados. Na reunião de líderes, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu que os partidos apóiem a tramitação da PEC ou do projeto de decreto legislativo que, na prática, anulam os efeitos da decisão do TSE.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) acrescentou que seu partido não vai pressionar pela análise do projeto de lei do governo que institui a chamada “Lei da Mordança”, que está na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de hoje. Para ele, a votação imediata da proposta pode ser interpretada como uma reação às investigações relacionadas à governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e seu marido, Jorge Murad.

Quase 30 matérias estão prontas para deliberação

Quatro medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta de votações do Plenário do Senado, impedindo qualquer outra votação até que tenham sido apreciadas pelos senadores, podem começar a ser votadas nesta semana após a aprovação pela Câmara dos Deputados da emenda da CPMF. Existem outras 28 matérias prontas para exame em Plenário, desde que seja resolvido o problema do travamento.

A primeira MP da lista prevê a renegociação das dívidas dos agricultores do Centro-Sul contraídas junto ao Banco do Brasil. A liderança do governo não aceita emendas que senadores da base governista querem fazer na MP, sob o argumento de que elas remeteriam a matéria novamente ao exame dos depu-

tados. Neste caso, ao ser lida no Plenário da Câmara, a MP trancaria novamente a pauta, impossibilitando a votação pelos deputados, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que prorroga até o final de 2004 o recolhimento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

A segunda MP que trava a pauta interessa especialmente ao Nordeste e ao norte de Minas, pois cria o seguro-safra para agricultores de municípios sujeitos a estiagens periódicas. A medida provisória cria um fundo para bancar o ressarcimento de agricultores que perderem suas safras, desde que tenham contribuído com R\$ 6 para o fundo antes do plantio. O governo calcula que 1,1 milhão de pequenos produtores serão beneficiados pelo seguro,

que pagará até R\$ 600 à família que perder pelo menos 60% de sua safra. O fundo será formado, além do recolhimento dos R\$ 6, por verbas federais, estaduais e municipais.

Uma terceira MP, de apenas dois artigos, cria o cargo de secretário de Estado de Comunicação de Governo. A outra MP que tranca a pauta de votações do Plenário do Senado abre crédito extraordinário de R\$ 80 milhões para o Ministério da Integração Nacional, dos quais R\$ 60 milhões para pagar bolsa-renda a agricultores do Nordeste afetados pelas secas e R\$ 10 milhões para 78 municípios do Espírito Santo atingidos por recentes enchentes. Essas verbas já foram liberadas pelo governo, pois medida provisória tem eficácia assim que é assinada pelo presidente da República.

Comissão de Segurança dá início à unificação de polícias

Primeiro passo para a medida, considerada polêmica, foi a aprovação da regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Pública

A aprovação, ontem, pela Comissão Mista de Segurança, da regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Pública, contendo instrumentos para a integração de atividades policiais, representa um primeiro passo para a unificação das polícias civil e militar. A avaliação foi feita pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), autora do substitutivo votado pela comissão. Ficou faltando ainda a votação de destaques ao texto da deputada, o que acontecerá hoje, a partir das 9h.

O texto prevê a realização de atividades conjuntas pelas polícias, como operações combinadas, formação de forças-tarefa e intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos. Mas a maior novidade, apontada pelo relator da comissão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), é o compartilhamento de informações e aceitação mútua de registros policiais



Comissão Mista de Segurança aprova compartilhamento de informações e aceitação mútua de registros policiais

— Isso evitaria que o autor de um delito em São Paulo, por exemplo, preso no Norte do país, fosse

liberado, por não se ter conhecimento de seus antecedentes — explicou Moroni Torgan.

A Polícia Federal será responsável, de acordo com o texto aprovado, pela centralização, organização e manutenção das informações em um único e exclusivo sistema de informações. Os estados que não colaborarem com o sistema não poderão celebrar convênios, acordos nacionais ou internacionais e receber recursos para ações de combate à violência.

Além de facilitar a solução dos crimes, o novo sistema tornaria mais confiáveis as estatísticas sobre a violência. O texto da comissão obriga as secretarias de Segurança a divulgar relatórios semestrais sobre o combate à violência.

A unificação das polícias deve começar a ser discutida na quarta-feira da semana que vem, quando será votado o substitutivo de Zulaiê Cobra ao projeto de Lei Orgânica das Polícias.

Guarda municipal pode ter atribuições ampliadas

A Comissão Mista de Segurança Pública vota hoje, a partir das 9h, proposta de emenda constitucional que amplia os poderes das guardas municipais, permitindo que elas atuem na segurança pública em ações de policiamento ostensivo e repressivo, sob a supervi-

são da polícia estadual. O atual texto constitucional confere às guardas municipais apenas a proteção de bens, serviços e instalações dos municípios.

Antes de votar essa proposta, a comissão continua a votação, iniciada ontem, dos destaques ao substitutivo da depu-

tada Zulaiê Cobra, que trata do Sistema Nacional de Segurança Pública.

À tarde, os parlamentares iniciam a discussão do segundo relatório da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) sobre a prevenção de crimes dolosos contra a vida e o patrimônio.

Patrocínio defende adoção de penas alternativas

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) defendeu ontem a adoção de penas alternativas para os condenados, não só como medida de diminuição da população carcerária, mas também como estratégia para enfrentar o problema da violência no país.

Patrocínio lembrou que, enquanto na Inglaterra 50% dos condenados cumprem penas alternativas, no Brasil apenas 1,2% dos condenados foi beneficiado com a aplicação desse tipo de pena.

— A reincidência da população penal é de 85%, o que demonstra que as penitenciárias não estão desempenhando a função de reabili-



Patrocínio: presídios são escolas do crime

tação dos detentos — declarou.

Para o senador, caso se queira deter o aumento da violência no país, não se pode relegar a segundo plano uma solução para o sistema penitenciário, caracterizado por uma grandiosidade proporcional às dimensões da violência. Com cerca de 250 mil detentos, Patrocínio disse que o sistema penitenciário brasileiro encarcera mais pessoas do que qualquer outro país da América Latina.

Na opinião do senador, os presídios são escolas do crime, um ambiente em que os condenados levam uma vida caracterizada pelo

ódio e promiscuidade. Ele assinalou que, além das fugas, uso de drogas e casos graves de violência, como homicídios, outro problema dos presídios é a Aids, que, segundo pesquisa da Universidade de São Paulo, atinge 20% da população carcerária.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordou que a situação dos presídios é lamentável, mas disse que só vai deixar de haver lotação quando os problemas sociais que provocam a violência no país forem resolvidos. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) cumprimentou Patrocínio pelo discurso e salientou que outro problema dos presídios está no fato de os encarregados da segurança não estarem devidamente equipados para evitar fugas.

Diretor-geral da Polícia Federal fala sobre operação na Lunus

O diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro, comparece às 11h30 de hoje à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) do Senado. Ele falará sobre as investigações que levaram à apreensão de documentos e R\$ 1,34 milhão em dinheiro na empresa Lunus Serviços e Participações, de propriedade da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad.

A reunião com Agílio Monteiro foi pedida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Heloísa Helena (PT-AL). O requerimento indicava uma audiência pública, mas a CFC preferiu realizar audiência secreta. No entanto, o vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), deve apresentar requerimento solicitando que os esclarecimentos de Agílio Monteiro sejam feitos em reunião pública. Jucá apresentará também o pedido de que a CFC convide o ministro da Saúde, Barjas Negri,



Heloísa quer esclarecimentos sobre o caso

para que ele explique a contratação, pelo ministério, de uma empresa especializada em detectar grampos telefônicos.

As investigações e a busca e apreensão de provas na empresa Lunus, que estaria envolvida com fraudes e desvio de verbas da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), acarretaram o rompimento do PFL com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, sob a alegação de que a ação teria conotações políticas.

Além de Agílio Monteiro, falarão à Comissão de Fiscalização e Controle os delegados Helbio Dias Leite e Paulo Tarso, que deverão esclarecer supostas ligações entre Jorge Murad e o empresário Aldenor Cunha Rebouças, ex-presidente do Centro das Indústrias do Maranhão e representante da Usimar, empresa investigada por desvio de verbas da Sudam.

Francelino propõe regulamento para a atividade do artesanato

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comemorou o Dia do Artesão, transcorrido ontem, apresentando projeto de lei que visa regulamentar a profissão. A proposta foi apresentada atendendo pedido de entidades representativas da categoria, como o Centro de Capacitação e Apoio ao Empreendedor, que atua em Minas Gerais.

A produção de artesanato envolve mais de 8 milhões de trabalhadores e produz renda de aproximadamente R\$ 28 bilhões, valor praticamente igual ao da indústria automobilística que atua no país, segundo Francelino. Ele lembrou que as peças produzidas no Brasil já são comercializadas para vários países, e deu como exemplo a exportação das garrafas de areia colorida produzidas no Ceará, que já alcançam mercados localizados na Jordânia, Itália e Holanda.

O senador homenageou especialmente os artesãos mineiros,

responsáveis pela fabricação de produtos que fazem parte da cultura e da história do estado, como o pão de queijo, o doce de leite, as obras esculpidas em madeira e pedra-sabão e o famoso queijo de Minas.

Francelino Pereira disse que, apesar da importância econômica do setor, falta ainda a adoção de medidas que protejam a categoria da atuação de atravessadores e orientem os artesãos na gestão dos negócios, na utilização de tecnologia e na captação de financiamentos.

O senador reconheceu, entretanto, que algumas ações já foram adotadas nesse sentido, e mencionou o Programa de Artesanato Brasileiro, ligado ao Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, além de outros programas criados no âmbito do Ministério do Turismo, do Comunidade Solidária e do Sebrae.



Francelino aponta importância do artesanato

CAE aprova cota gratuita de água para família carente

O projeto, que proíbe corte por inadimplência quando consumo estiver dentro da cota mínima, segue para apreciação do Plenário

O projeto de lei de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES), que determina a fixação de uma cota mínima gratuita de água tratada para famílias pobres, foi aprovado, ontem, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter não-terminativo. A matéria segue agora para apreciação no Plenário.



Ricardo Santos enfatiza que acesso à água tratada é direito à vida e à saúde

Pela proposta aprovada na CAE, o corte do suprimento de água para as famílias pobres, por inadimplência, fica proibido, desde que o nível de consumo esteja dentro da cota mínima. O projeto prevê também a cobrança de tarifas progressivas, de modo a onerar mais quem consome mais água, com o que, também, viabilizará o financiamento das cotas mínimas pelas companhias que exploram o setor.

Ao justificar a medida, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), relator do projeto, citou parecer do senador Osmar Dias (PDT-PR) que denuncia haver no Brasil cerca de 20 milhões de brasileiros sem acesso a água tratada, apesar de 90% dos municípios brasileiros contarem com serviço de abastecimento, segundo dados da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento.

Ricardo Santos disse que o objetivo básico do projeto de Paulo Hartung é proteger as famílias carentes que têm dificuldades para pagar pelo serviço de abastecimento de água. A proposta – friso – é justificada pela necessidade de se garantir a essas populações carentes o suprimento mínimo de água e a imunidade ao corte por inadimplência, “em vista da essencialidade desse serviço e do direito inalienável à vida e à saúde”, explica.

A cota mínima mensal, prevê a proposta, será divulgada pelos entes federativos titulares dos serviços de saneamento, com base nas diretrizes fixadas pelos respectivos órgãos de direção do Sistema Único de Saúde. A fixação desta cota, para consumo unifamiliar em cada região, obedecerá a portaria do Ministério da Saúde, levando em conta a média local do número de componentes das famílias de baixa renda.

Socorro à Globo Cabo vai ser explicado pelo BNDES

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, ontem, requerimento encabeçado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitando a realização de audiência pública com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eleazar de Carvalho Filho, para que ele preste esclarecimentos sobre a operação de socorro financeiro à empresa Globo Cabo S/A, no valor total de R\$ 1 bilhão.

Segundo Suplicy, o Senado precisa tomar conhecimento dos critérios técnicos e das prioridades que orientaram tal operação, principalmente por se tratar de um ano eleitoral. É preciso saber, também, disse Suplicy, se o banco tem realizado operações semelhantes para outras empresas.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ) ressaltaram não ter opinião formada contra a operação feita pelo BNDES, esclarecendo que apenas querem explicações. Ambos, juntamente com o senador Lauro Campos (PDT-DF), assinaram o requerimento com o

senador Suplicy. Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) marcou o único voto contra a aprovação da proposta pela audiência pública.

No requerimento aprovado pela CAE, Suplicy explica que a operação de socorro montada para a Globo Cabo, envolvendo a capitalização de R\$ 1 bilhão com aportes de recursos dos principais acionistas, teve como objetivo bancar a reestruturação financeira da empresa, que registrou, em 2001, prejuízo de R\$ 699,9 milhões, além de uma dívida líquida de R\$ 1,52 bilhão, valor superior em 7,1% da dívida apresentada em 2000.

Pela operação realizada – explicou Suplicy –, a participação do BNDES no empreendimento subirá dos atuais 4,8% para algo entre 7% e 12% do capital total. As Organizações Globo detêm atualmente 42% do capital da empresa, contra 12,5% da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS)/Zero Hora; 7,5% da Microsoft; e 6% do Bradespar (do grupo Bradesco).

Ainda segundo as explicações de Suplicy, com a operação, o BNDES dará garantia firme de subscrição



Eduardo Suplicy encabeça requerimento de audiência pública com presidente do BNDES

de ações, no montante de até R\$ 284 milhões, participação que ocorrerá na forma de integralização em dinheiro, de aproximadamente R\$ 39 milhões; conversão de debêntures em R\$ 125 milhões; e subscrição eventual de sobras de emissão pública de ações da Globo Cabo até o montante de R\$ 120 milhões. Como acionista controlador da empresa, as Organizações Globo aportarão R\$ 542 milhões.

Suplicy disse que a Globo Cabo é atualmente a maior empresa de televisão a cabo no país, detendo cerca de 45% do mercado e operando com a marca NET. A empresa atua, também, no mercado de comunicação de dados e multimídia.



Com parecer favorável do relator, Lauro Campos, projeto de Romeu Tuma (foto menor) foi aprovado na CAE



Aposentados com doença do fígado ficam isentos do IR

Ainda na reunião de ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou parecer do senador Lauro Campos (PDT-DF), favorável ao projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que estabelece isenção do Imposto de Renda sobre os proventos dos aposentados portadores de hepatopatias graves (doenças do fígado). A medida entra vigor em 2003, segundo expediente sugerido pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), o que garantiu a aprovação do parecer do relator. O benefício já é concedido aos aposentados portadores de nefropatia grave (doença dos rins).

A proposta foi aprovada em caráter terminativo e, caso não haja requerimento para que seja submetida à deliberação do Plenário, deverá ser encaminhada ao exame da Câmara dos Deputados.

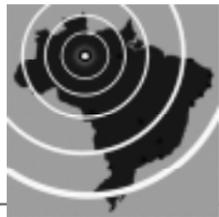
Na discussão da matéria, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) se manifestou a favor da medida, mas considerou-a juridicamente prejudicada por contrariar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LDO veda a aprovação de benefícios fiscais sem que informações sobre o impacto financeiro deles decorrente sejam requeridas antecipadamente ao Ministério da Fazenda. A LDO também determina a indicação de que despesas orçamentárias serão canceladas no Orçamento da União para compensar a perda de receita. Foi para contornar essa situação que Waldeck Ornélas sugeriu o adiamento da vigência da isenção para 2003. Como a LDO é uma lei anual, a aprovação da proposta não a estaria contrariando, já que ela estabelece os parâmetros orçamentários para 2002. Os parâmetros para 2003 ainda serão formalizados em pro-

posta do Executivo a ser encaminhada ao Congresso, de modo que, sendo aprovada agora para vigorar em 2003, a isenção proposta não estaria ferindo nenhuma lei em vigor – argumentou Ornélas.

Os argumentos não convenceram o senador Jefferson Péres, que se absteve de votar.

A CAE decidiu ainda conceder vista ao senador Ricardo Santos (PSDB-ES) da proposta que altera a Lei Kandir no dispositivo referente à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre energia elétrica para favorecer os estados consumidores. Decidiu, também, enviar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) propondo a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública (Funseg), para dirimir dúvidas quanto à sua constitucionalidade levantadas pelo relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP).

A votação da proposta da senadora Marina Silva (PT-AC) que cria reserva de recursos destinada aos estados que mantêm áreas de preservação ambiental e reservas indígenas, alterando o racionamento do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), foi adiada para a próxima reunião da CAE. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Ricardo Santos entendem que a medida prejudicaria seu estado, que receberia algo entre 8% e 10% a menos em recursos do FPE. Marina Silva rebateu esse temor, assinalando que, se o Espírito Santo tem muitas áreas de preservação da Mata Atlântica, acabaria sendo beneficiado com a medida.



A Zona Franca de Manaus foi homenageada ontem no Senado pelo transcurso de seus 35 anos de existência. Os senadores da Amazônia destacaram o sucesso do modelo de desenvolvimento regional, o interesse pela preservação ambiental e a presença crescente de investidores nacionais e estrangeiros.

Senado assinala 35 anos da Zona Franca de Manaus

O Senado homenageou, com sessão solene realizada ontem, o 35º aniversário da criação da Zona Franca de Manaus. Na presidência da sessão, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) convidou o superintendente da Zona Franca, Ozias Monteiro Rodrigues, o secretário-geral da Presidência da República, Artur Virgílio, e o presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas, deputado José Lupércio Ramos, para comporem a Mesa.

Ao discursar na homenagem, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou ser a Zona Franca a celebração de uma idéia que deu certo. Ele destacou a competência do modelo da Zona Franca e sua importância estratégica na redução das desigualdades regionais, na geração de empregos para centenas de milhares de brasileiros, na ocu-

pação racional e sustentável de parte da região amazônica e em sua integração no cenário nacional.

Mestrinho lembrou que a Zona Franca foi criada para substituir importações, “uma função necessária na ótica do interesse nacional, que foi cumprida a contento”. Os pólos eletro-eletrônicos, de veículos de duas rodas, relojoeiro e de materiais descartáveis estão entre os mais modernos do planeta, disse o senador. Ele ressaltou que as exportações foram de US\$ 1 bilhão em 2001 e podem dobrar em 2002.

O modelo de desenvolvimento instalado em Manaus, afirmou Mestrinho, transformou-se em referência ambiental para o padrão de progresso: encaixado no coração da maior floresta tropical do mundo, o Pólo Industrial de Manaus cresce a uma taxa de depreciação ambien-

tal próxima de zero, informou.

— O Amazonas conserva intactos 98% de sua cobertura vegetal original, a despeito de ter sido o estado da Federação que mais cresceu na década passada, 122%, enquanto o Brasil patinou em taxas mínimas de crescimento — disse.

Mestrinho anunciou a instalação de um pólo de bio-indústrias, principalmente do setor de cosméticos, visando aproveitar racionalmente a biodiversidade. O empreendimento, disse o senador, está em um caminho promissor, marcado por parcerias institucionais e com o setor privado para assegurar geração



Na homenagem à Zona Franca de Manaus, Gilberto Mestrinho saudou “a celebração de uma idéia que deu certo”



de empregos e renda. Além das sessões solenes realizadas no Senado e na Câmara dos Deputados, foi inaugurada uma exposição

com exibição de vídeos e jogos eletrônicos interativos sobre a região, para mostrar os resultados alcançados com o modelo de desenvolvimento ali implantado.

Moreira Mendes elogia parceria com Rondônia

A parceria firmada entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o governo estadual e as prefeituras de Rondônia foi destacada pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO) ao agradecer, em nome do povo de seu estado, o trabalho desenvolvido pela autarquia.

— Os investimentos são processados pelos convênios firmados entre a Suframa e os estados e municípios, com ênfase nos projetos dirigidos para a instalação de infraestrutura básica, a fim de promover o desenvolvimento econômico sustentável e o aproveitamento do potencial natural da região — explicou.

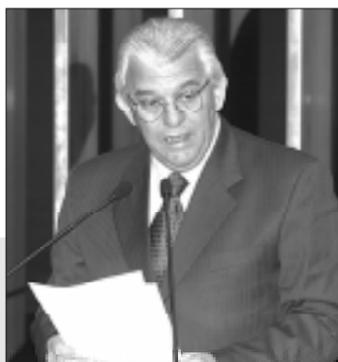
Para isso, disse o senador, a Suframa investe em tecnologia, na formação de capital intelectual e na inserção internacional competitiva dos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus, identifica as potencialidades regionais e promove

condições para transformar em realidade os projetos de negócios, buscando refletir o compromisso do governo com o desenvolvimento harmônico da Amazônia Ocidental.

PARCERIA

Moreira lembrou que, visando ampliar e consolidar a Suframa como órgão regional de desenvolvimento, foi estabelecida parceria com a Fundação Getúlio Vargas para a realização de estudo das potencialidades regionais, das oportunidades de negócios e da disponibilidade de infraestrutura. Segundo ele, em Rondônia existe um divisor de águas: antes e depois da atuação da Suframa.

— Tais projetos, em plena execução, têm características inovadoras, prometendo, ao final de quatro anos, gerar cerca de 65 mil empregos diretos e mais de 93 mil indiretos, e renda anual acima de R\$ 2 bilhões.



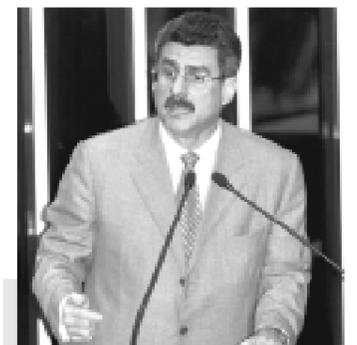
Segundo Moreira, em Rondônia existe um divisor de águas: antes e depois da atuação da Suframa

O senador acrescentou que estão em pleno funcionamento os projetos do setor moveleiro e de artefatos de madeira, produção industrial de farinha de mandioca, processamento de frutas tropicais, piscicultura, criação de camarões, ecoturismo, guaraná, grãos, dendê, café, palmito de pupunha, cacau e amido de mandioca.

Conquistas da Suframa terão continuidade, afirma Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) garantiu aos senadores da bancada amazônica, em nome do secretário-geral da Presidência da República, Arthur Virgílio, e falando pela liderança do governo, que as conquistas da Zona Franca de Manaus serão mantidas no atual governo e encampadas nos projetos de desenvolvimento regional do programa do candidato a sucessor de Fernando Henrique Cardoso.

Jucá destacou que, entre as importantes conquistas alcançadas pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) à frente do desenvolvimento da Região Norte, está a de ter aberto a discussão sobre a preservação ambiental. Segundo ele, a cada vez que se discute maior preservação, desenvolvimento auto-sustentado e responsabilidades do governo federal so-



Romero Jucá elogia técnicos e dirigentes da Superintendência da Zona Franca de Manaus

bre a Amazônia, fica evidenciada a função da Suframa, principal agência de desenvolvimento da região.

— O papel da Suframa se reforça pela competência dos seus técnicos, dos seus dirigentes e, em especial, do seu presidente, Ozias Monteiro Rodrigues — disse o senador.

Luiz Otávio diz que Amazônia é solução e não problema para o país

A Amazônia não é problema e sim solução para o Brasil, disse o senador Luiz Otávio (PPB-PA) durante a homenagem à Zona Franca de Manaus, considerada por ele o modelo de desenvolvimento regional mais vitorioso da história brasileira. O senador pregou a união regional, esquecendo as diferenças entre Ama-

zônia Oriental e Ocidental. Para ele, a região só se desenvolverá se tiver um projeto único nesse sentido.

Luiz Otávio destacou, entre as potencialidades da Amazônia que podem contribuir para a solução dos problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia de ponta, o incremento à produção de alimen-

tos e a produção de remédios com o aproveitamento da biodiversidade. Ele ressaltou que a Amazônia tem merecido o respeito de investidores nacionais e estrangeiros, que propiciaram, nos últimos três anos, a aprovação de 579 projetos industriais, com um investimento previsto de US\$ 9,6 milhões.

Luiz Otávio citou os senadores Gilberto Mestrinho (PMDB), Jefferson Péres (PDT) e Bernardo Cabral (PFL), representantes do Amazonas, lembrando especialmente o trabalho de Cabral na Constituinte para garantir os incentivos para a Zona Franca de Manaus e sua prorrogação.



Luiz Otávio: Amazônia tem merecido o respeito de investidores

O presidente do Senado, Ramez Tebet, pediu, durante a homenagem à Zona Franca de Manaus, um projeto que assegure o desenvolvimento auto-sustentável e a soberania brasileira na Amazônia. Para o senador, é preciso construir “um plano genuinamente nacional em defesa da região”.



Jefferson: sucesso obtido sem dinheiro público

“Na Zona Franca de Manaus, indústria não recebe dinheiro para instalar fábrica. Só depois de funcionar é que há redução de impostos sobre o que ela produz.” Esta é a chave do sucesso do Distrito Industrial de Manaus, conforme o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que discursou na homenagem à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

— Poucas pessoas dos nossos meios de comunicação sabem disso e muitos acreditam que a Suframa é um desses órgãos que engolem dinheiro público. A Zona Franca de Manaus é o mais exitoso modelo de desenvolvimento regional do Brasil, implantado sem dinheiro público — acrescentou.



Para Jefferson, trata-se do “mais exitoso modelo de desenvolvimento regional”

Jefferson afirmou que só as pessoas que conheceram a Amazônia nos anos 50 e 60 sabem o que realmente significou para a região a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967, pelo presidente Humberto Castelo Branco. “A economia local estava decadente, depois da frustração de um quase segundo ciclo de borraça durante a Segunda Guerra Mundial. O único produto agrícola era a juta, cujos preços caíam por causa dos sintéticos. A Amazônia não tinha perspectiva”, recordou.

— Por tudo isso, a Zona Franca não tem esqueleto de indústrias. Empresário que foi para Manaus levou dinheiro e até o BNDES quase não esteve presente no nosso pólo

industrial. Alguém poderia imaginar um distrito industrial vigoroso a mais de mil quilômetros do litoral, no meio da selva? — indagou.

Para ele, o problema da Zona Franca “é divulgação” sobre como funciona e como vive sem financiamento público. O faturamento anual das indústrias de Manaus, disse o senador, está hoje em R\$ 10 bilhões, e o distrito enfrentou e superou problemas sérios, como a abertura da economia. “O Amazonas é o quinto estado em arrecadação *per capita* do país. Seu PIB quase se equipara ao do Paraguai. A economia da Zona Franca complementa a economia nacional”, frisou.

Além disso, as indústrias do distrito de Manaus não são poluentes e “o Amazonas se orgulha de manter 90% de suas florestas primárias”. Não fosse a Zona Franca, de acordo com Jefferson, talvez a cobertura vegetal do Amazonas estivesse mais devastada que a do vizinho estado do Pará.

Marluce quer regulamentar áreas de livre comércio

Ao prestar sua homenagem pelos 35 anos da Zona Franca de Manaus, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu a regulamentação da lei, sancionada em 1991, que criou áreas de livre comércio em Pacaraima e Bonfim (RR). As manifestações de alegria e



Marluce Pinto diz que Zona Franca alavanca o desenvolvimento da região

euforia dos roraimenses, quando foi comunicada a sanção, hoje resultam em frustração, disse ela.

— Onze anos já se passaram após a promulgação da lei e, mesmo depois de mil e uma promessas de autoridades; da união política roraimense em todos os níveis; do apoio das classes empresariais do estado e de outros; da sistemática atuação da Associação Comercial de Roraima; do interesse da comunidade e das promessas do Executivo, essa regulamentação jamais saiu — lamentou Marluce.

A senadora relatou que, em 1991, foi informada por técnicos

que o projeto que propunha a criação das áreas de livre comércio em Roraima corria o risco de, se aprovado pelo Congresso, ser vetado pelo Executivo por conter inconstitucionalidades. Por essa razão, ela apresentou substitutivo fazendo as correções necessárias. Sua proposta foi aprovada e, posteriormente, sancionada pelo presidente da República.

Marluce Pinto frisou que sua intenção ao pedir a regulamentação da lei que cria áreas de livre comércio em Roraima não era polemizar ou ofuscar as comemorações pelos 35 anos da Zona Franca de Manaus. Ela elogiou a Zona Franca por alavancar o desenvolvimento da região amazônica, informando que somente no período de 1997 a 2001 a Suframa aplicou R\$ 354,9 milhões nos estados e municípios da Amazônia Ocidental.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) lembrou, em aparte, que a partir de 1991 o Amapá também passou a integrar a Suframa, através da área de livre comércio Macapá-Santana. Mesmo observando que a medida contribuiu para o desenvolvimento do estado, ele disse estar estudando mudanças na atual legislação, que limita a concessão de determinados benefícios apenas aos estados da Amazônia Ocidental, em detrimento da Amazônia Oriental, da qual o Amapá faz parte.

Também em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) agradeceu o apoio que a Suframa sempre deu ao Acre. Ele citou como exemplo o financiamento, a custo zero, de toda a estrutura para a construção do campus da universidade federal do estado. Já o senador Chico Sartori (PSDB-RO) elogiou os incentivos que o órgão vem dando à cidade de Vilhena (RO). “Muito mais ainda queremos que seja feito, não só em Vilhena, mas em Rondônia e em toda a Amazônia”, acrescentou.

Suframa é marco para toda a região, afirma Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) classificou o projeto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Suframa) como “experiência exitosa de desenvolvimento regional, um marco para toda a Amazônia Ocidental”. Segundo ele, nos anos 60,



Mozarildo Cavalcanti quer ampliar participação no Conselho da Suframa

a economia da Região Norte era dominada por uma agricultura extrativista rudimentar. O advento da Suframa permitiu a transformação do perfil econômico do estado do Amazonas, em que, na década de 80, já predominava o setor industrial. Nos anos 90, houve a consolidação dos setores secundário e terciário.

Como outro resultado da atuação da Suframa, Mozarildo citou a criação de postos de trabalho: 50 mil empregos diretos no Pólo Industrial de Manaus, 250 mil indiretos distribuídos pela Amazô-

nia Ocidental e mais 200 mil em outras regiões. Além disso, salientou, a Suframa vem investindo em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia.

Ele destacou a criação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, complexo de laboratórios voltado para pesquisa básica e aplicada que, em sua opinião, oferecerá as condições necessárias para investimento nessa nova alternativa de produção.

O senador rechaçou a noção, segundo ele corrente no Sul do país, de que a Zona Franca representa um paraíso fiscal, e defendeu o projeto de lei de sua autoria, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara, que dá representação no Conselho da Suframa aos prefeitos das cidades do interior, já que hoje só os prefeitos das capitais têm assento nele.

Tebet defende projeto nacional para desenvolver a Amazônia

O presidente do Senado, Ramez Tebet, defendeu, durante a homenagem à Zona Franca de Manaus, a necessidade imperiosa de “construir rapidamente” um projeto nacional para o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia. Para o presidente do Senado, é preciso defender os verdadeiros interesses da Amazônia, garantindo a soberania nacional sobre a região e promovendo seu desenvolvimento e melhores condições de vida para seus habitantes, o que redundaria em “uma pátria menos desigual, mais justa e humana”.

Tebet lamentou que os brasileiros ainda desconheçam as potencialidades da região. Ele acredita que, em meio às comemorações dos 35 anos da Zona Franca, não há só

motivo de festa pelo muito que foi realizado. “A ocasião também se transforma em momento para reivindicações, não só de continuidade da Zona Franca, mas também de um plano genuinamente nacional em defesa da região”, disse.

Ramez Tebet citou dados de relatório produzido por ele em 1996, quando o Senado estava votando empréstimo para a região: a Amazônia representa mais de 60% do território nacional, é a maior reserva mundial de água doce e de biodiversidade, comporta um terço das florestas tropicais do mundo, tem riquezas minerais e abriga 12% da população brasileira. O senador ainda elogiou a atuação da banca da Amazônia.



Segundo Ramez Tebet, “é preciso defender os verdadeiros interesses da Amazônia”

Aeroporto pode ter nome de Plácido de Castro

Projeto que dá nova denominação ao aeroporto de Rio Branco foi aprovado em decisão terminativa. Caso não seja apresentado recurso para votação no Plenário do Senado, matéria seguirá imediatamente ao exame da Câmara

O líder da Revolução Acreana Plácido de Castro será homenageado com a mudança da denominação do aeroporto da capital do Acre. Por decisão unânime da Comissão de Educação (CE), foi aprovado ontem em caráter terminativo projeto de lei que dá ao Aeroporto Internacional de Rio Branco o nome de Plácido de Castro.

A proposta, que será enviada à Câmara se não houver recurso para que seja apreciada em Plenário, nasceu de uma negociação ocorrida na comissão entre os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Marina Silva (PT-AC). Enquanto o primeiro pretendia dar ao aeroporto o nome de Senador Oscar Passos, Marina queria homenagear o líder seringueiro Chico Mendes. Um acordo patrocinado pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) permitiu que ambos abrissem mão de seus projetos para celebrar a memória de Plácido de Castro.

— Trata-se de um justo reconhecimento ao líder da revolução que agora completa cem anos — afirmou, na comissão, Nabor Júnior.

Por sua vez, Marina lembrou que os seringueiros do Acre, em sua maioria provenientes do Nordeste, pegaram em armas para garantir as terras onde trabalhavam. “O Acre decidiu ser Brasil”, recordou

a senadora.

Nascido em 9 de dezembro de 1873 em São Gabriel (RS), José Plácido de Castro decidiu dar início à Revolução Acreana em agosto de 1901, após tomar conhecimento de que a Bolívia, sentindo-se ameaçada de perder o território, o havia arrendado a um grupo empresarial norte-americano. Em janeiro de 1902, o exército formado por Plácido venceu as tropas bolivianas e garantiu a criação do Estado Independente do Acre — mais tarde transformado em território federal, após negociação comandada pelo Barão do Rio Branco.

— O Brasil precisa aprender com Plácido de Castro, que, ao ver a Bolívia tentar vender o Acre, mobilizou a população para defender o território — disse o senador Gerson Camata (PMDB-ES), durante a discussão do projeto. Ele disse que o governo brasileiro age atualmente de forma covarde ao não combater o contrabando de armas que estaria sendo feito no país a partir do Paraguai e da Colômbia.



Senadores da Comissão de Educação, presidida por Ricardo Santos, discutem proposta que homenageia herói da revolução acreana

Fotos: José Cruz

Semana da Revolução Acreana aguarda votação dos deputados

O Plenário da Câmara dos Deputados deve votar em breve projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que institui a Semana da Revolução Acreana, a ser comemorada de 6 a 12 de agosto deste ano, em homenagem ao transcurso do centenário do movimento. A matéria, se aprovada sem qual-



Comemoração da data foi proposta por Tião Viana

quer modificação, segue para a sanção presidencial. O projeto foi aprovado pelas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, em decisão terminativa, e enviado à Câmara no dia 11 deste mês.

De acordo com o projeto de Tião Viana, caberá ao Ministério da Cultura estabelecer e coordenar a programação da Semana da Revolução Acreana. O projeto autoriza ainda a Empresa Brasileira de Cor-

reios e Telégrafos (ECT) a emitir uma série comemorativa de selos dedicados a homenagear o centenário da revolução.

Tião Viana lembrou que as comemorações vão resgatar, principalmente, a figura de José Plácido de Castro, que liderou a luta pela preservação da fronteira brasileira na região acreana. O senador lembrou que Plácido de Castro organizou, em 1900, forças especiais em defesa da fronteira nessa região, terminando por consolidar, em 1903, a anexação oficial do Acre ao território brasileiro.

Os pareceres favoráveis ao projeto na CE e na CCJ foram elaborados, respectivamente, pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Rádios em oito estados têm parecer favorável

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem pareceres favoráveis a 14 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio em oito estados brasileiros. Os projetos dependem agora da deliberação do Plenário.

A Bahia foi o estado mais beneficiado, com a autorização para serviços de radiodifusão às associações Cultural Comunitária Rádio Livre, de Ipiaú; Beneficente Social Santo Estevão, de Santo Estevão; Comunitária Calmonense, de Miguel Calmon; e Comunitária Ação e Cidadania, de Iaçú.

No Maranhão, a Panaquatira

Radiodifusão Ltda. deseja operar serviços de FM nas cidades de Carutapera e Cedral, enquanto a Associação da Rádio Comunitária FM Primavera de Riachão pretende obter autorização para serviço de radiodifusão comunitária em Riachão.

Também esperam autorização para serviços de radiodifusão comunitária a Associação Rádio Comunitária Damata, de São Lourenço da Mata (PE); a Associação Comunitária Rio Negro, de Rio Negro (MS); a Associação Comunitária de Rádio Pio IX (PI); e a Associação Comunitária de Desenvolvimento Sócio-Cultural de João Câmara (RN).

Devem ser renovadas as concessões da Rádio Difusora, de Colatina (ES), e da Rádio Asa Branca, de Salgueiro (PE). Foi acolhido ainda parecer favorável a permissão à Rádio Cidade Bela, para explorar serviço de FM em Campo Verde (MT).

Na mesma reunião, a CE aprovou requerimento do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) para que também participem de audiência pública sobre transporte escolar Mirian Schilickmann, presidente do Conselho Nacional das Secretarias de Educação; e Adeum Hilário Sauer, presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação.

Projeto de estímulo à apicultura vai à Câmara

Já está na Câmara projeto da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que define a obrigatoriedade de o Poder Público implementar programas de estímulo às atividades apícolas — criação de abelhas para produção de mel e derivados — e ligadas à criação de peixes. A matéria foi aprovada em caráter conclusivo pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

A proposta visa incrementar a oferta de alimentos e a renda dos criadores, além de contribuir para a preservação das espécies animais e vegetais. A senadora argumenta,

em defesa da inclusão da apicultura no rol dos programas da agroindústria que devem ser estimulados, que a atividade não é apenas capaz de elevar a renda de pequenos e médios produtores rurais, mas é também valioso instrumento para aumentar a polinização e, conseqüentemente, a produção vegetal.

Maria do Carmo também destaca a importância da apicultura para a fruticultura e para o manejo de florestas nativas e cultivadas, segundo dados da FAO, órgão das Nações Unidas para a



Intenção de Maria do Carmo é ampliar oferta de alimentos

alimentação e agricultura.

A senadora acrescenta que, de acordo com estudos técnicos conduzidos por universidades e associações de produtores, o Brasil tem capacidade para aumentar significativamente sua produção de mel e derivados. O país produz 40

mil toneladas de mel por ano, enquanto no Uruguai, por exemplo, a produção é de 10 mil toneladas.

Se aprovada sem modificações pela Câmara, a matéria vai à sanção presidencial.

Requião destaca seminário da Comissão do Mercosul

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu ontem em Plenário a íntegra da Declaração de Fortaleza, documento elaborado durante seminário externo promovido pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul – que preside – na capital cearense. O seminário, segundo o senador, foi “um contraponto” ao seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado concomitantemente também em Fortaleza.

– Há necessidade de que o contraditório se estabeleça, de que idéias claras que se opõem à Alca e assumam com clareza a defesa de um projeto do Mercosul, pelo menos neste momento do desenvolvimento e da conjuntura política do Brasil, do Cone Sul e do mundo, se coloquem perante a opinião pública – afirmou.

O documento, assinado por representantes dos parlamentos brasileiro, paraguaio, uruguaio, chileno, venezuelano, andino e latino-americano, defende, entre suas principais conclusões, a urgência da reforma das instituições financeiras internacionais, no intuito de diminuir “a extrema vulnerabilidade das economias em desenvolvimento frente aos impactos perversos da volatilidade dos fluxos de capital internacional”.

Requião disse que o seminário

“teve repercussão extraordinária” no Ceará, onde contou com a cobertura jornalística de 150 emissoras de rádio e a totalidade da imprensa local. O senador lamentou, entretanto, que o seminário tenha sido “soberba e galhardamente ignorado pela imprensa nacional, que se dedicou única e exclusivamente à cobertura do seminário do BID”.

– Omissão, desinteresse ou deliberado encobrimento de uma discussão importante para o Cone Sul, para a América Latina e, principalmente, para o Brasil? – perguntou o senador. Para Requião, ao se ausentar da cobertura do seminário, a TV Senado também falhou. Mas o representante do Paraná no Senado afirmou ter enviado à TV Senado “todo o encaminhamento do trabalho e dos debates”, para que a emissora possa transmitir as discussões “como faz com todas as comissões do Senado”.

Requião destacou a importância da TV Senado na cobertura dos eventos e do pluralismo brasileiro.

– A TV Senado é o buraco no fim do túnel. É a possibilidade última de que grandes debates nacionais sejam realizados com o conhecimento do povo. A TV privada cobre o que quer e, principalmente, não cobre o que não quer – disse.

Para o senador, encontro promovido pela Comissão Parlamentar do Mercosul foi um contraponto ao seminário do BID, que também se realizou em Fortaleza

Produtor defende mais irrigação no São Francisco

Ao depor em comissão do Senado, representante de agricultores afirma que irrigação associada a hidrovias assegura desenvolvimento sustentável

O superintendente da Associação de Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco (Valexport), Fernando Brendaglia Almeida, citou a expansão da agricultura irrigável como um mecanismo capaz de contribuir para a revitalização do Velho Chico. Almeida, que participou ontem de audiência pública na comissão especial criada para acompanhar o projeto de conservação e revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco, entende que há condições de se ampliarem os atuais 300 mil hectares irrigados para 2 milhões, sem comprometer a geração de energia na bacia do rio.

Conforme o depoente, a irrigação associada à criação de uma hidrovia no São Francisco poderá assegurar o desenvolvimento sustentável da região, gerando empregos e colocando os produtos a preços mais acessíveis no mercado. Isso, ressaltou, contribuiria para formar uma classe média no interior do Nordeste.

Almeida também defendeu a renegociação das dívidas dos pequenos e médios empresários do submédio São Francisco, da região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), que, segundo ele, perderam 25% das suas safras durante o período de racionamento de energia. Almeida reivindicou, ainda, a ne-



Os senadores Waldeck Ornélas (D) e Maria do Carmo Alves (C), tendo ao lado um produtor da região, ouvem depoimento sobre a agricultura

cessidade de financiamentos em condições especiais para o setor.

Em condições normais, disse o superintendente da Valexport, o submédio São Francisco é responsável por 95% das exportações de uvas e 86% das de mangas, em nível nacional. No entanto, com as restrições ao uso de energia no período de racionamento, a irrigação foi prejudicada e a qualidade das frutas caiu. Segundo disse, uma caixa de manga, que normalmente era exportada a US\$ 9, caiu para US\$ 2,5 a US\$ 3.

Outro convidado para os debates, o presidente da Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (Aiba), Humberto Santa Cruz Filho, esclare-

ceu que a entidade, atualmente com 1.200 associados, opera numa área de 1,2 milhão de hectares, dos quais cerca de apenas 70 mil hectares são irrigados. Essa entidade, diferentemente da Valexport, é constituída por médias e grandes propriedades, e tem uma produção diversificada incluindo milho, café, algodão e pecuária. No último ano, seus negócios atingiram R\$1 bilhão, informou Humberto Filho.

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), relator da comissão, destacou que tanto a Aiba quanto a Valexport demonstram preocupação com a preservação ambiental do São Francisco.

ILB e bancada feminina homenageiam servidoras do Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a bancada feminina do Congresso Nacional prestaram homenagem, ontem, às funcionárias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em evento que destacou a importância da mulher na sociedade. A solenidade contou com a participação das senadoras Emilia Fernandes (PT-RS), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Marluce Pinto (PMDB-RR) e das deputadas federais Iara Bernardi (PT-SP), Elcione Barbalho (PMDB-PA) e Nice Lobão (PFL-MA).

A homenagem foi feita mediante a entrega de documento impresso às funcionárias na ativa do Senado Lygia Leite de Camargo e Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, e à aposentada Sarah

Abrahão. Da Câmara dos Deputados foram homenageadas Gracinda Assucena de Vasconcellos, Solange Oliveira Pinardon e a aposentada Lucy Maciel Neiva.

Emilia Fernandes fez questão de demonstrar sua alegria por estar participando de um evento inédito e disse que as mulheres não buscam a igualdade com os homens e sim a diferença, como modo de construir “um país mais digno para viver”.

Marluce Pinto lembrou que, na época da Assembléia Nacional Constituinte, era deputada federal e integrou o grupo parlamentar que lutou para aprovar a lei que concede o título de posse de terra para as mulheres, antes só concedido aos homens. “Tenho

muito orgulho de ter entregue o primeiro título em Roraima”, confessou. A senadora disse ainda que “sem o trabalho das funcionárias, não conseguiria fazer 1/5 do que desenvolve na Casa”.

Na opinião de Maria do Carmo Alves, o evento é um momento para celebrar a capacidade das mulheres à frente de cargos no Congresso.



O ato contou com a participação de senadoras e deputadas (acima) e grande número de servidoras das duas Casas do Congresso

Requião quer clareza na contabilidade pública

Senador pede apoio a cinco propostas de sua autoria que tramitam na Casa. Duas delas objetivam definir “com precisão” a forma como municípios e estados devem apresentar suas contas

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem em Plenário apoio para cinco projetos de sua autoria que tramitam no Senado. Dois deles, explicou, dizem respeito à contabilidade unificada de municípios e estados: são uma proposta de emenda à Constituição e um projeto de lei que determinam “com precisão” a forma como a contabilidade dessas unidades da Federação deve ser redigida.

Se aprovadas, segundo Requião, essas propostas irão evitar a impossibilidade da leitura desses balanços contábeis, causada pela “manobra ilusionista” de secretários de Fazenda que misturam rubricas “e impedem, de forma quase definitiva, a correta leitura do desempenho das finanças dos estados, dos municípios e da própria União”. O projeto, conforme o parlamentar, foi sugerido pelo deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) e tem voto favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador José Agripino (PFL-RN).

Requião protestou ainda contra o longo prazo – três anos – de tramitação no Senado do projeto que acaba com o jogo do bingo e as máquinas eletrônicas de jogo de azar no Brasil. “O jogo legalizado serve basicamente para lavagem de dinheiro”, frisou.



Requião propõe fim do voto de liderança e realização de todas as votações em Plenário através do painel eletrônico

Fotos: Roosevelt Pinheiro

O representante paranaense também criticou a “extraordinária vagareza” com que tramita o projeto de resolução que muda o sistema de votação no Senado. A proposta, segundo Requião, acaba com o voto de liderança e determina que todas as votações em Plenário sejam feitas através do painel eletrônico.

– Eu ponho, isto sim, fim ao voto de lideranças, à manipulação das maiorias, e ponho cobro também à necessidade do pedido de verificação do quórum, porque, não

– Pasmem os senhores senadores que, esta semana, um grupo de parlamentares da República Argentina fez contato com meu gabinete, impressionado com algumas denúncias que estão publicadas em minha página na Internet. Os senadores e deputados argentinos verificaram que os mesmos mafiosos espanhóis e italianos que atuaram no Brasil, corrompendo o ministério do paranaense Rafael Grecca, são os que atuam e tentam corromper o processo legislativo no mesmo sentido de legalização da jogatina na Argentina – afirmou o senador, acrescentando que pedirá ao Ministério Público brasileiro que conheça “esse braço argentino da corrupção do jogo”.

Requião pediu apoio ao projeto, que tem voto favorável de seu relator na CCJ, senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

havendo quórum, este não se manifesta no painel e, logo, a votação, ou mesmo a sessão, cai automaticamente – afirmou o senador, informando ainda que o relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que preside a comissão, apresentou voto favorável à matéria.

Requião pediu ainda apoio a projeto de decreto legislativo que cassa a condecoração dada ao ex-presidente peruano Alberto Fujimori. De acordo com o senador, Fujimori é hoje “foragido da Justiça em todo o mundo” e recebeu a Ordem do Cruzeiro do Sul – maior comenda concedida pelo Brasil – “por equívoco ou torpeza do Executivo”. A cassação da condecoração, afirmou, é “uma imposição reclamada pela dignidade de outras pessoas ilustres” que receberam a mesma distinção.

Maldaner defende criação de fundo para defesa civil

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) reafirmou ontem a importância de projeto de sua autoria que cria o Fundo Nacional de Defesa Civil com o objetivo de assegurar recursos para casos de calamidade ou emergência, como secas e enchentes. O senador expressou sua satisfação com a aprovação do mérito da proposta na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame de sua constitucionalidade.

Maldaner afirmou que o Brasil é imprevidente em relação a catástrofes, observando que somente quando ocorre uma emergência é que as autoridades se mobilizam. Na maior parte das vezes, ressaltou, os recursos só são liberados de seis a oito meses após a ocorrência das calamidades.

Segundo a proposta, os recursos viriam de percentuais de todo seguro feito no país e do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas. Do total arrecadado, um terço seria destinado à Defesa Civil Nacio-



Na opinião de Maldaner, o Brasil é imprevidente em relação a catástrofes

nal, um terço à defesa civil estadual e um terço aos municípios.



Sérgio Machado pede ações para “sanar os efeitos danosos da seca”

Machado cobra medidas mais eficazes contra seca

Apesar de considerar que as ações emergenciais de socorro às vítimas da seca não podem ser suspensas, o senador Sérgio Machado (PMDB-CE) pediu medidas mais racionais, capazes de eliminar definitivamente os sofrimentos dos nordestinos com a estiagem. Para isso, ele sugeriu que a participação popular seja estimulada, em conjunto com um planejamento adequado para uso dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento da região.

– A nós compete desenvolver um plano bem articulado, que disponha das ferramentas capazes de fornecer resposta imediata às exigências não só hídricas, mas também estruturais e de mobilização social, agora inadiáveis para o desenvolvimento, sob pena de pormos o Nordeste à margem da Federação – disse.

O senador lamentou o fato de que todo o conhecimento acumulado ao longo dos anos ainda não tenha sido utilizado para adotar soluções perenes para a seca. Ele observou que a estiagem é crônica e se repete em largas proporções três vezes por década. Outra lição que deve ser assimilada, continuou, é o fato de o assistencialismo implicar custos elevados sem oferecer perspectivas de progresso. Ao mesmo tempo, Sérgio Machado destacou que a Humanidade domina tecnologias que garantem a possibilidade de convivência

harmoniosa do homem com a adversidade climática.

– Sanar os efeitos danosos da seca e até tirar proveito das características climáticas singulares do Nordeste é tarefa que nos compete realizar de uma vez por todas, a partir de um enfrentamento coerente que conjugue determinação política, criteriosa utilização dos meios científicos e tecnológicos e planejamento estratégico adequado – afirmou.

Sérgio Machado se disse especialmente preocupado com a desertificação e a iminência de colapso no abastecimento de água no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Para contornar o problema, ele apontou para a aprovação do projeto que trata da transposição de águas dos rios São Francisco e Tocantins.

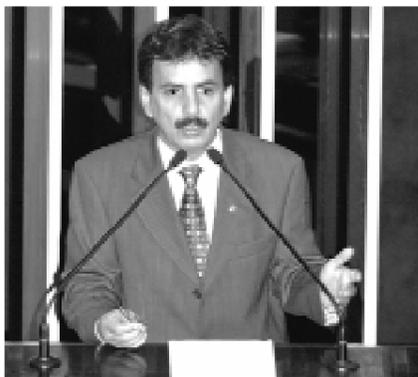
– Levamos vantagem em comparação com as demais regiões semi-áridas do planeta. O clima do Nordeste proporciona alta luminosidade, calor constante e baixa umidade relativa do ar, o que, associado à irrigação, resulta em maior velocidade de crescimento das plantas, maior produtividade e menor incidência de pragas – analisou o senador, que citou a fruticultura, associada ao domínio de novas técnicas de manejo e à adoção de uma nova estrutura fundiária, como estratégia capaz de potencializar a economia e a capacidade de geração de empregos na região.

Projetos abrem novas opções de saque no FGTS

Investimentos na abertura ou expansão de negócio próprio e quitação de prestações da casa própria podem justificar a movimentação de conta vinculada no fundo, conforme propostas que a Comissão de Assuntos Sociais deve votar hoje

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, a partir das 9h, em caráter terminativo, projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que permite aos desempregados o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para investimentos na abertura ou expansão de negócio próprio. O relator, senador Ademir Andrade (PSB-PA), é favorável à proposta. Caso a comissão aprove o seu parecer, a matéria segue para apreciação da Câmara, desde que não haja recurso para que seja votada pelo Plenário do Senado.

Outro projeto que trata da liberação dos recursos do FGTS, e que também deverá ser votado em decisão terminativa pela CAS, é o do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) que possibilita a utilização do fundo para quitação de



Ademir deu parecer favorável a uma das propostas sobre saque no Fundo de Garantia

prestações atrasadas ou a vencer de financiamentos habitacionais, concedidos no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O relator da matéria, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), é favorável à proposta.

A CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), vota também em decisão terminativa projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece limi-

tes máximos para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono utilizados nos cigarros. O relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), é favorável à aprovação do projeto e lembra que o fumo é responsável por 90% dos casos de câncer de pulmão e está ligado à origem de tumores malignos em oito órgãos: boca, laringe, pâncreas, rins e bexiga, além do pulmão, colo do útero e esôfago.

Também será votado pela comissão projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que regulamenta a comercialização de substitutos do leite materno. O projeto trata ainda da promoção comercial e da rotulagem dos substitutos do leite e de artigos usados pelas crianças, como mamadeiras, bicos, chupetas e mordedores. O relator, senador Geraldo Althoff, que é médico, manifestou-se favorável à aprovação do projeto, que será analisado pela CAS também em

Ornélas pede aprovação de projetos em favor de negros

Observando que, dos 54 milhões de brasileiros pobres, 33,7 milhões são afrodescendentes, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) pediu ontem que sejam aprovados projetos de sua autoria e do senador José Sarney (PMDB-AP) destinados a garantir aos negros brasileiros a integração definitiva na sociedade.



Ornélas quer justificar a comemoração do dia contra discriminação

—Quero apelar a todos os senadores para que aprovem essas leis que constituirão um marco definitivo na mudança de atitude do país em relação à população afrodescendente — pediu o parlamentar.

Com a aprovação dessas mudanças, Waldeck Ornélas entende que, no próximo dia 21 de março, o Senado poderá efetivamente comemorar o Dia Mundial de Combate à Discriminação Racial. No seu entender, esta é a oportunidade de a Casa tomar a vanguarda na definição de uma política de ações afirmativas que visem à integração definitiva da população afrodescendente.

Ele se referiu a projeto de sua autoria que estabelece prioridade para os descendentes de africanos nas bolsas de estudo filantrópicas, con-

cedidas a título de assistência social a alunos carentes. Na opinião de Ornélas, esse é um recurso que precisa ser aproveitado para contemplar um contingente populacional “que tem sido tão prejudicado ao longo do tempo e que, sobretudo no acesso à universidade, tem enfrentado graves limitações”.

PRIORIDADE

Waldeck Ornélas sustentou que enquanto houver um brasileiro afrodescendente, a ele deve ser dada prioridade na concessão dessas bolsas. O senador explicou que a proposta não tem qualquer conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal, visto ser uma isenção já existente, à qual se está procurando dar uma destinação social justa e adequada.

O projeto do senador José Sarney, lembrou Ornélas, destina uma cota de 20% para a população negra nas vagas para cargos e empregos públicos existentes nos três níveis de governo, nos cursos de graduação e nos contratos do fundo de financiamento ao estudante de ensino superior.

Remanescentes de quilombos podem ter títulos de propriedade

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina também hoje, às 9h, projeto de lei de autoria da ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ) que trata dos títulos de propriedade dos remanescentes das comunidades dos quilombos.

As comunidades de afrodescendentes já têm garantidos, pela legislação em vigor, os títulos de propriedade de suas terras. O projeto de Benedita, porém, regulamenta os procedimentos para essa titulação. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) é o relator da matéria e apresentou parecer favorável.

A CAS aprecia a matéria na véspera do Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, a ser comemorado em 21 de março.

decisão terminativa.

Constam ainda da pauta outros 16 projetos, entre os quais o que institui a Carteira Nacional de Saúde da Mulher, o que regulamenta o exercício da profissão de artista circense e o que cria os conselhos federal e regionais de sociólogos. A CAS de-

verá votar também projeto que institui o Cadastro Nacional de Moradia. O objetivo do projeto, de autoria do deputado Jorge Pinheiro, é impedir que a mesma pessoa seja beneficiada mais de uma vez por programas habitacionais bancados por recursos públicos federais.

Cândido apóia protesto contra mudança na CLT

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse, em entrevista à Agência Senado, que amanhã será um dia importante para os trabalhadores brasileiros demonstrarem o descontentamento com a política econômica, social, salarial e trabalhista do governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesta data, anunciou o senador, os trabalhadores filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a outras centrais sindicais irão realizar uma paralisação geral em todos os estados.

Ele explicou que o movimento não será uma greve, mas um dia de alerta em que os trabalhadores realizarão atos de protestos, passeatas, discursos e manifestações políticas contrárias ao governo. O motivo principal das críticas, atentou Cândido, será o projeto do Executivo que altera regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A matéria já foi aprovada pela Câmara e está sendo examinada pelo Senado, sendo que o governo aceitou retirar o regime de urgência em que a matéria tramitava, para que os senadores possam aprofun-



José Cruz

Segundo Geraldo Cândido, flexibilização não estimula a geração de empregos

dar as discussões sobre as mudanças propostas.

— Nós não queremos apenas a retirada da urgência, mas sim a retirada da matéria da pauta do Senado. O governo está atuando de forma estratégica para poder votar o projeto depois das eleições. Esse projeto é uma afronta aos trabalhadores, pois revoga direitos trabalhistas duramente conquistados, como a licença-maternidade, o 13º salário e o pagamento de férias — protestou Cândido.

EFEITOS

Ele disse também que os empregados não aceitam as alegações de que essas mudanças serão benéficas para a sociedade ou para os sindicatos, como vem sendo afirmado pelos representantes governamentais.

— Isso não é verdade. Já te-

mos experiências anteriores que demonstram que ações desse tipo não geram mais emprego ou estabilidade aos trabalhadores. Também é falso dizer que os sindicatos serão fortalecidos. Eles serão, isso sim, enfraquecidos, pois não têm o mesmo poder de fogo dos patrões e acabarão aceitando, sob a pressão do risco de demissões, as condições impostas por estes.

O senador acrescentou que a matéria é tão prejudicial aos trabalhadores que a própria Justiça trabalhista, por meio da associação dos magistrados e juizes desse setor do Judiciário, já se manifestou contrariamente às modificações, alertando para os riscos de grandes perdas para as categorias regidas pela CLT.

Bezerra propõe rigor na fiscalização da medicina

Proposta em exame na Comissão de Assuntos Sociais obriga médico a comprovar especialidade e responsabiliza direção do estabelecimento por infração à lei. Hospital que descumprir norma pode ter sua licença cancelada

O recente episódio da morte de cinco pacientes de um falso cirurgião plástico que exercia a especialidade em Goiás e Brasília levou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) a apresentar projeto para aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização do exercício da medicina no país. Pela proposta, que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para praticar qualquer ato de sua especialidade, os médicos serão

obrigados a apresentar, junto à direção do estabelecimento de saúde em que pretendem atuar, comprovante de inscrição no Conselho Regional de Medicina. Para atuar como especialistas, os médicos deverão comprovar que são portadores do título respectivo emitido pela Associação Médica Brasileira ou pelo Conselho Federal de Medicina.

Ainda conforme o projeto de Carlos Bezerra, os documentos



Carlos Bezerra propõe que hospitais controlem proficiência de médicos

apresentados pelos médicos deverão ser arquivados pelos estabele-

cimentos em que eles se empregam ou exercem a profissão, mesmo sem vínculo empregatício.

Nos casos de não cumprimento dessas normas, o senador propõe que, além do médico, sejam considerados solidários na infração o diretor-superintendente e o diretor clínico do estabelecimento em que ela ocorrer. Com

isso, Carlos Bezerra pretende submeter “a proficiência do médico a mais um controle, ao atribuir a mais dois agentes – os diretores-superintendentes e clínicos dos hospitais – a sua fiscalização”.

A direção dos hospitais que não fiscalizar o exercício da medicina em seus estabelecimentos ficará sujeita às penas de advertência e/ou multa, e a ter seus hospitais interditados ou cancelada a respectiva licença de funcionamento.



Mozarildo Cavalcanti e Moreira Mendes ouvem depoimento de Graça Marques, presidente da Napacan, na CPI das ONGs

Presidente de ONG nega ligação com laboratório

Em depoimento, ontem, à CPI que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs), a presidente do Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan), Graça Marques, negou ligação com o laboratório farmacêutico Novartis para forçar o registro do medicamento Glivec pelo Ministério da Saúde. A acusação contra a Napacan surgiu em nota publicada na revista *Época* em outubro passado. A ONG, sob pressão da Novartis, teria retirado ação civil pública que movia contra o ministério e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para agilizar a liberação do remédio no mercado brasileiro.

Graça Marques afirmou que a ação foi retirada “por perda de objeto”, ou seja, após a decisão do ministério de disponibilizar o Glivec aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Cada unidade do remédio, com 120 comprimidos, custa R\$ 4.050 ao SUS. “O benefício é grande para quem

toma esse medicamento. Mas minha luta não é pelo laboratório, é pelo paciente com câncer”, disse a presidente da ONG. Ela, porém, admitiu que a Novartis é patrocinadora da Napacan, contribuindo com cota anual de R\$ 50 mil.

O presidente da CPI, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), disse estar preocupado com a informação de que o Glivec, mesmo depois de assinado protocolo para aquisição pelo SUS, não está disponível para os pacientes. “A denúncia aqui feita é gravíssima. Se o medicamento custa cerca de R\$ 4 mil e não chega ao paciente, que morre rapidamente se não for atendido, então é preciso ver onde está esse desvio”, afirmou.

O presidente da Novartis do Brasil, Andreas Strakus, não compareceu, mas será reconvocato, segundo Mozarildo.

Participaram da reunião Moreira Mendes (PFL-RO), Marluce Pinto (PMDB-RR) e Tião Viana (PT-AC).

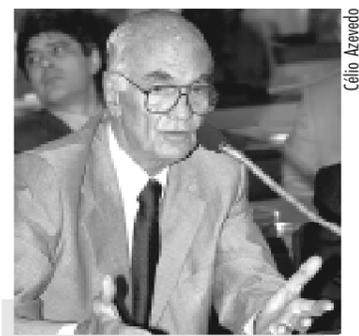
Saturnino enaltece vitória de Carlos Lessa em eleição para reitor da UFRJ

Ao comunicar que o professor Carlos Lessa foi o candidato mais votado na eleição para reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) manifestou sua satisfação e a expectativa de que a UFRJ possa voltar a ocupar lugar de destaque no cenário acadêmico nacional. Ele informou que requerimento de sua autoria e dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Artur da Távola (PSDB-RJ), propondo voto de aplauso pelo acontecimento, foi encaminhado para análise das Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania.

– A eleição contou com o com-

parecimento maciço de professores, funcionários e alunos. Aproximadamente 85% dos votos se concentraram no nome de Carlos Lessa, um dos decanos da universidade, figura de prestígio nacional e internacional, professor que se constitui num paradigma de comportamento ético e moral – elogiou Roberto Saturnino.

O senador pelo Rio de Janeiro registrou ainda que mais de 90% dos professores votaram em Carlos Lessa. Ele informou que o nome do eleito deverá ser confirmado amanhã, em reunião do conselho universitário da UFRJ. Em seguida, a indicação será enviada ao presidente Fernando



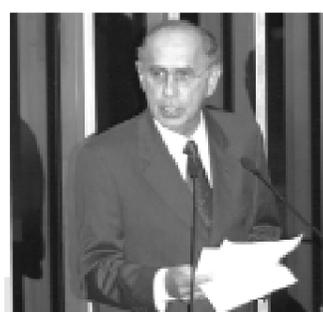
Roberto Saturnino destaca a importância do processo eleitoral realizado na UFRJ

Henrique Cardoso – via ministro da Educação, Paulo Renato Souza – para que Carlos Lessa tenha seu nome ratificado como reitor.

Mauro destaca ação do PMDB na formação política dos jovens goianos

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) ressaltou a importância dos seminários de formação política promovidos pelo seu partido para jovens de Goiás. Ao anunciar a realização de um encontro regional em Morrinhos (GO), o senador disse sentir-se emocionado com os benefícios proporcionados à juventude goiana pelo debate franco e aberto de idéias.

– De nada adianta oferecermos as melhores condições de ensino aos nossos alunos, dotando suas escolas do que há de mais moderno em educação, se não despertarmos em seus corações o senti-



Mauro Miranda: seminários estimulam jovens a analisar a vida pública sem preconceitos

mento de responsabilidade para com o futuro dessa imensa nação – afirmou Mauro Miranda.

Nos seminários, relatou o sena-

dor, não se busca um consenso sobre os temas apresentados, mas uma troca de idéias sobre a história e a atual conjuntura política e econômica do país. O importante, na opinião do senador, é estimular os jovens a pensar e analisar a vida pública sem preconceitos.

Ao traçar um perfil de sua atuação política, Mauro recordou que, desde seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, na década de 80, vem lutando para que milhares de jovens goianos tenham cada vez mais acesso a um ensino de qualidade e a canais de informação, buscando continuamente integrar os cidadãos.

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti, Casildo Maldaner e Jefferson Péres